

A CONCEPÇÃO DO TEMPO NA CRONÍSTICA DA PENÍNSULA IBÉRICA – SÉCULOS XIII E XIV

Simone Ferreira Gomes de Almeida.

No final da Idade Média veremos o passado sendo apreendido cada vez mais por meio do tempo das crônicas, isto significa em primeira instância, a prática efetiva dos processos de datação e medição do tempo. A noção de tempo medieval adaptou-se ao enquadramento da serialidade no texto, ou seja, houve um engrandecimento da noção de linearidade do tempo que era refletida nos escritos em primeira instância. Para Domingues (1996), na literatura, desde Homero esta presente elementos que levam a uma linearização do tempo, estes elementos falam sobretudo da irreversibilidade de se retomar o tempo que já passou. Contudo, nas artes por exemplo, vemos uma outra situação, haja vista que em um quadro medieval poderíamos ver várias situações que ocorriam em tempos diversos expressadas juntas.

A possível explicação para a expansão do tempo linear, vem do que é propagado nos livros Santos, são acontecimentos únicos e irreversíveis. Com a linearização, o passado e o futuro ganham extrema importância comparados ao presente, pois a lógica cristã apresenta um passado santo relatado na Bíblia e mantenedor dos bons costumes, e um futuro que pode garantir a salvação eterna; assim o presente torna-se “efêmero, irreversível e impossível de agarrar”. (GUREVITCH, 1990, p. 177).

Com relação a história, M. Eliade atribui aos hebreus, visto que estes foram os maiores contribuintes para a consolidação do tempo linear, a primazia de valorizar a história (REIS, 1994, p.149). Neste sentido Todorov diz que o tempo do discurso é linear, na medida em que se organiza o tempo da história que é pluridimensional: “Na história muitos eventos podem desenrolar-se ao mesmo tempo. Mas o discurso deve obrigatoriamente colocá-los um em seguida a outro”.

Já Le Goff (LE GOFF; SCHIMITT, 2002, p. 535) ressalta a importância do tempo linear cristão para o desenvolvimento da atividade historiográfica medieval: os anais e a crônica universal, principalmente. Foi constatado que na Idade Média, existiu uma

infinidade de tempos sociais, bem distintos uns dos outros; torna-se claro, entretanto, a supremacia encontrada pelo tempo clerical, que em última instância buscou uma padronização do tempo. (BASCHET, 2006, p. 305).

Isto foi possível graças ao poder conquistado pela Igreja no ocidente medieval, onde o Papa representava a figura de autoridade máxima, poder este que se manteve intacto, pelo menos até o século XIII. Por isso, Baroque, fazendo referência a Santo Agostinho, considera a Igreja uma “especie de ciudad de Dios sobre la tierra”. Esta relação da Igreja com a sociedade medieval configurou inevitavelmente certos padrões sociais, dentre eles uma concepção de tempo. Esse tempo da Igreja caracterizou-se por valorar toda a origem de acordo com uma ordem providencial, assim, a sociedade medieval passa a se definir por uma noção linear que se origina com a obra de um Deus criador. Na história também sentiu-se esta influência religiosa, visto que a história bíblica e eclesiástica foi considerada um tipo privilegiado de história, porque o tempo estabelecido para os acontecimentos cronológicos, e para os reinos terrestres, estava longe de ser único ou superior, simultaneamente ao tempo material existia o tempo bíblico, detentor da autenticidade provinda do sagrado, este tempo, e só este, representou o Bem absoluto. Este tempo escatológico do medievo, através do receio pelo pecado e da esperança da salvação, levou, em termos psicológicos, a uma relação tão intensa entre o homem e o tempo que tinha sido, “desconhecida nas épocas anteriores da história da humanidade”. (GUREVITCH, 1990, p.179).

Fato curioso é poder determinar qualitativamente o tempo, ou seja, seu caráter, “bom” ou “mal”, sagrado ou laico. Isto ocorria porque o tempo medieval “não era uma forma de existência do mundo, era indissociável da própria vida” (GUREVITCH, 1990, P. 175), por isso, sua classificação foi possível tanto a partir dos conceitos naturais quanto dos antropomórficos. Este último o validava através dos paradigmas instaurados para o medievo, o que significa que o tempo representava mais a possibilidade para se encontrar a eternidade, do que o contar dos instantes através de instrumentos de medida. Embora o conceito cristão de tempo visasse o futuro fora do mundo terrestre, como prometido na Bíblia, foi expandindo-se de uma forma muito particular, pois não contemplou tão somente a relevância dada ao passado pela concepção antiga, nem o messianismo profético dado ao futuro pela concepção bíblica; procurou manter-se

sempre na perspectiva linear, onde o presente criava infinitas possibilidades para o passado e o futuro.

Voltando a idéia de pluralidade temporal, no medievo, embora o tempo de origem judaico-cristão prevalecesse, não representava absolutamente a totalidade das “categorias temporais da consciência medieval” (GUREVITCH, 1990, p.115), estas englobavam outras noções temporais. Fundamentalmente a Idade Média desconhece um tempo unificado por sua medida e puramente quantitativo, a idéia de um tempo universal, que se imponha igualmente a todos, não cabe a uma realidade onde são muitos os tempos sociais, marcados e diferenciados uns dos outros.

Nunes (1998) classifica o tempo como conceitualmente múltiplo. Segundo o autor o tempo é plural e não singular, mas isso não significa que suas modalidades sejam diversas devido ao fato de todas se utilizarem das noções de ordem, ou seja, sucessão e simultaneidade, duração e direção. Deste modo, para que se compreenda o tempo, é necessário pensar primeiramente seus elementos básicos que servem para conceituá-lo: medida, datação e repetição, que são a rigor, a ordem primeira do narrar cronístico.

Para Gurevitch (1990), o tempo medieval era medido através do ano, da estação, do mês e do dia, mas estava longe de alcançar a medida da hora e do minuto, devido à “lentidão” estabelecida para este tempo, leia-se: o homem medieval vivia em um tempo que durava bastante e passava lentamente em última instância; por isso, a organização das crônicas estabelece um novo sistema de graduação do tempo, o que ainda não ocorria no cotidiano estava representado no papel, o que significa, que foi possível trabalhar-se fatias de tempo relativamente curtas.

O tempo não era ignorado, sua percepção de medida de certa forma sim. Uma possível explicação para isso seria a aversão que o homem medieval demonstrava pelo que representasse a mudança ou o desenvolvimento, e o presente por sua vez, era visto com desconfiança devido as suas novidades perigosas. As categorias aceitas eram, aquelas baseadas na tradição, na estabilidade e na repetição. A realidade do presente é legitimada pela referência a um passado fundador, busca-se recuperar os valores perdidos com o passar do tempo.

Estas categorias ficam bem claras na atividade compilatória, para tanto Cintra (1952), na introdução da “Crônica Geral de Espanha de 1344”, nos fala da tradição relativa aos escritos. Segundo ele, os poemas épicos, os romances e a historiografia se configuraram como gêneros tradicionais da literatura medieval peninsular, em outras palavras, isso quer dizer que de geração à geração passava-se o interesse e o amor por tais obras, resultando no retoque e na adaptação delas segundo às novas correntes do gosto, portanto, estes escritos não estagnavam, pelo contrário, mantinham-se vivos e sempre presentes na memória de forma atualizada.

Outro aspecto característico do tempo no medievo é sua má reputação. Segundo o ensinamento agostiniano, o tempo:

[...] significava a fragilidade desse mundo presente e de todas as coisas temporais, e portava o estigma do perecível. O tempo rigorosamente apartado da Eternidade, era de classe inferior, pois, enquanto, a eternidade de Deus era concebida como uma Agora e sempre sem tempo, o tempo fugidio mostrava toda fraqueza do momento evanescente. (KANTOROWICZ, 1998, p.171).

O tempo não é impassível, o homem medieval não assiste ao seu decorrer como algo afastado de si, como um marco vazio ou meio neutro, ao contrário, “[...] o que caracteriza a experiência do tempo vivida pelos homens arcaico, grego e judaico cristão é seu lado trágico (o Deus que engole seus próprios filhos; o tempo da queda, danação, e morte [...])” (GUREVITCH, 1990, p. 18). A experiência do tempo não é algo tranqüilo, assim como tudo que o representa. Desse modo, a efemeridade é indesejada tanto quanto a história, pois esta representa a consolidação do que está além da vontade do homem em vida. Este busca refúgio constantemente na eternidade, que está fora do tempo, fora de seu campo de ação, onde se pode encontrar o perene e a estabilidade. (DOMINGUES, 1996, p.18). O futuro escatológico não pressupõe o fim do tempo linear, na realidade ele interage com o tempo presente, legitimando a estabilidade e a dominação decorrentes da Igreja.

Tratando-se do tempo litúrgico, encontramos uma simbiose entre o círculo e a linha, veja-se como exemplo a formulação do calendário, embora conceitualmente classificado enquanto representante de um tempo linear, podemos encontrar nele uma

concepção cíclica, na medida em que há um eterno recomeçar a cada novo ano iniciado. Assim paradoxalmente, enquanto o calendário se refere de certa forma a antiguidade pagã, tem em seu conteúdo a representação de um tempo que está acima do tempo natural e agrícola estabelecidos para o tempo antigo, pois este reforça o poder da Igreja, na medida em que se revivem a cada ano os eventos fundadores da vida de Cristo e dos santos. Este calendário também se configura como parcialmente local e parcialmente universal; isto porque é regido por um poder com pretensões universais, ao passo que se adéqua à vida que ainda é restringida e isolada em pequenas regiões.

A Idade Média interage com o tempo utilizando-se de heranças antigas e formulando regras que regem o pensamento cristão; assim é possível encontrar de forma simultânea e paradoxal: a influência greco-romana de se organizar o tempo através do calendário solar e, por outro lado, a interdição das relações sexuais por determinados períodos. Sobretudo o tempo da Igreja se identifica com o tempo linear por se fundamentar em acontecimentos fundadores, únicos e irreversíveis, que farão com que o crente viva os relatos do Livro Santo quotidianamente Domingues nos diz isso e explica o porquê:

1) Fundadores, porque [...] falam da criação dos homens, da fundação da nação de Israel com o chamado de Abraão, da revelação da Tábua das Leis a Moisés, da Encarnação de Cristo, da fundação da Igreja etc. 2) Únicos, porque os acontecimentos não se repetem e seu sentido radica em sua diferença e individualidade: não vai haver outra Encarnação, outras Tábuas da Lei, outra queda de Adão etc. 3) Irreversíveis, porque se eles fundam, eles começam, inauguram uma nova era: no tempo do êxodo os judeus não possuíam um palmo de terra, mas eram fiéis a Javeh; depois o povo se distanciou de Deus e as desgraças se multiplicaram, até que o crime de Judá e seu castigo provocaram o desastre nacional. (DOMINGUES, 1996, p.35).

A partir desta relação da Igreja com um tempo linear inicia-se uma aproximação crescente com a história, pois os clérigos associavam o tempo à história na medida em que seus Livros Sagrados também são livros de história, e sua liturgia, uma possibilidade de recontar através da memória a vida de Cristo e dos Santos. Além

disso, os eventos fundadores, do cristianismo podem e são transpostos para o tempo histórico, leia-se: “Jesus nasceu sob Augusto e morreu sob Tibério...” (BASCHET, 2006, p.314).

Poderíamos pensar também em uma aproximação com a crônica, na medida em que a crônica universal parece dar corpo à história cristã linear, entretanto, inicialmente a maioria das crônicas universais guiam-se pela sucessão dos imperadores, somente no século XIV, poderemos notar uma influência maior de uma cronologia fundada sob a Encarnação. Certamente a crônica também se relaciona com a história, e tem consciência disso, pois os compiladores contam “estórias”, preocupando-se em seguir uma cronologia que esteja embuída de algum sentido, que trata daí existir um capítulo na “Crônica Geral de Espanha de 1344” (IV volume), que diz respeito especificamente a como compor e escrever histórias, chegando mesmo a designar os compiladores de “estoriadores”.

Não poderíamos ignorar em contrapartida a supremacia da religião, a concepção de tempo secular, assim, veremos, na Europa dos séculos XII ao XV, o aparecimento de uma nova consciência de tempo: uma consciência secularizada (REIS, 1994, p.152). Existia um certo temor relativo a este tempo secular, devido ao costume medieval de crer que ao lado do tempo material, havia um tempo sagrado portador de verdadeira autenticidade, ou seja, representante do Bem absoluto; o tempo era visto como algo indissociável da própria vida, por isso era possível classificá-lo como bom ou mau, sagrado ou laico, contudo esta relação com o tempo, a da perspectiva da eternidade, foi modificando-se, e tornou-se mais ativa ao ponto de ficar clara a noção de que o tempo passa. (GUREVITCH, 1990, p. 175).

Através desta lenta mudança de perspectiva sobre o tempo, o temor pela experiência temporal cede lugar ao fascínio por esta experiência, o profano convive com o sagrado, dominando aos poucos o poder absoluto de Deus, enquanto os prazeres terreno apresentam mais brilho, esta maior aceitação do presente reacende o interesse pela historicidade. Interesse este, todavia, que já fora horror.

Na Idade Média, a sucessão dos eventos era ordenada com base nos fins últimos, em uma escatologia. O interesse do presente não lhe pertencia, pois seu sentido está fixado com base

no fim...A verdade cristã se situava fora do tempo; a nova verdade se realiza no tempo. (REIS, 1994, p. 154).

Bibliografia

BARUQUE, Julio Valdeon. **História General de La Edad Media** (Siglos XI al XV). S.A. Madrid: Editorial Mayfe.

BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal** – Do ano mil à colonização da América. São Paulo: ed. Globo, 2006.

DOMINGUES, Ivan. **O Grau Zero do Conhecimento** (O problema da fundamentação das ciências humanas). São Paulo: ed. Loyola, 1991.

GUREVITCH, Aron J. **As Categorias da Cultura Medieval**. Lisboa: Caminho, 1990.

KANTOROWICZ, Ernest H. **Os Dois Corpos do Rei**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques e SHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Vol I. São Paulo, Edusc, 2002.

NUNES, Benedito. **O Tempo da Narrativa**. São Paulo: Ática, 1998.

REIS, José Carlos. **Tempo, História e Evasão**. Campinas, Papyrus, 1994.

Fonte

CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Crônica Geral de Espanha de 1344**, Volumes I, II, III, IV. Lisboa, MCMLI, 1952.

